



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

O CONFLITO ENTRE TRABALHO E VIDA FAMILIAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

MOREIRA, Tassiane Antunes
MOSER, Liliane

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tecer algumas considerações sobre as interfaces entre trabalho e família, a partir de uma perspectiva crítica, com o intuito de situar a centralidade destas instâncias na dinâmica da sociedade capitalista. A partir da crítica à separação entre as esferas da produção e reprodução social e, apoiadas em revisão bibliográfica, busca-se problematizar a relação entre o trabalho assalariado e o trabalho familiar não remunerado, de maneira a apreender como estas duas esferas estão em permanente conflito.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; família; produção e reprodução social.

1. INTRODUÇÃO

As transformações societárias suscitadas nas últimas décadas do século XX, e seus desdobramentos na sociedade atual, sob o domínio do capital financeiro, juntamente com sua afirmação enquanto sistema hegemônico desencadearam problemas e contradições em todas as esferas da vida social.

Conforme aponta Simionatto (2014, p. 9):

Em sua expressão imperialista e globalizada, o capitalismo empreendeu um processo de alterações profundas, tanto no mundo do trabalho, através da superexploração e da fragmentação da consciência dos trabalhadores, quanto das esferas política e cultural, com a disseminação das matrizes ideológicas do neoliberalismo. Nesse horizonte histórico e político, o domínio do capital não se restringe ao terreno econômico, mas impõe novos padrões necessários à sua reestruturação, a partir da socialização de normas e valores que atendam não só a esfera da produção, mas também da reprodução social.

A crise econômica iniciada nos anos 70 difundiu-se com rapidez para outros países, desorganizando o mundo do trabalho, privatizando bens e serviços públicos, ameaçando as conquistas da classe trabalhadora. Na transição de um século ao outro, a partir do novo padrão de desenvolvimento capitalista, aprofundaram-se as desigualdades sociais e as formas de exploração (SIMIONATTO, 2014).

No campo ideológico, os contragolpes deferidos aos trabalhadores, pelas forças dominantes, reduziram a movimentação histórica desses sujeitos sociais na luta pela garantia de direitos.



Chega-se assim, ao século XXI, com consideráveis problemas relativos às formas econômicas assumidas pelo capitalismo e aos novos contornos do Estado, recolocando inúmeros desafios no panorama das políticas sociais.

Nesse cenário neoliberal, o Estado se mantém ao lado do grande capital, aderindo às suas requisições econômicas e políticas. A chamada crise fiscal do Estado tornou-se justificativa para a contenção de gastos sociais, dos custos com o trabalho, do déficit público, embasando medidas que atingem de maneira profunda a proteção social ofertada no âmbito público, transferindo as responsabilidades estatais à esfera privada, ao terceiro setor e a sociedade em geral.

O ponto de partida teórico metodológico para entender a relação entre produção e reprodução social, consiste na compreensão de que essas duas dimensões, no modo de produção capitalista, estão em permanente conflito, e que a natureza desse conflito se modifica historicamente.

Com o advento do capitalismo, a industrialização produziu uma divisão entre trabalho na fábrica e trabalho na casa (MORAES, 2015). Nessa conjuntura, família e trabalho passaram a ser tratados como esferas distintas, ou seja, a família vinculada à ordem da reprodução, e o trabalho à ordem da produção. A partir desta separação, vislumbrou-se também a divisão sexual do trabalho, onde a mulher foi associada ao trabalho de reprodução e de cuidados com o lar, e o homem ao trabalho na fábrica e de provedor da família.

A abordagem assumida a partir da divisão sexual do trabalho em termos de relações de classe e entre os sexos, permite a apreensão do desenvolvimento de uma conceituação ampla do trabalho, compreendido enquanto atividade remunerada e atividade desenvolvida na esfera doméstica.

Assim, trabalho e família constituem-se aparentemente como duas esferas regidas por lógicas distintas — uma pública e outra privada — mas que, no entanto, se afetam mutuamente. As pessoas precisam trabalhar para satisfazer suas necessidades econômicas e pessoais e, ao mesmo tempo, cuidar da família e desempenhar tarefas domésticas não remuneradas em seus lares. O uso do tempo, na maioria das vezes escasso, torna a relação entre essas duas esferas tensa e conflituosa.

Ao partir para uma análise mais contemporânea, verifica-se que as atuais condições em que se operam o trabalho assalariado e o trabalho familiar não remunerado, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, junto à retração do Estado na provisão de



políticas sociais de caráter universal, agudizam a problemática do conflito entre trabalho e responsabilidades familiares.

As reduzidas possibilidades de conciliação entre essas esferas - denominadas como trabalho reprodutivo e trabalho para o mercado - geram conflitos no interior das famílias, repercutindo de maneira significativa na vida de homens e mulheres e consequentemente na estruturação e oferta de serviços e políticas públicas.

Uma vez que a relação entre as esferas da produção e reprodução social encontram-se em permanente tensão, sugere-se pensar a categoria trabalho a partir de uma concepção reflexiva, concebido e realizado na busca de satisfação das necessidades humanas.

A partir do exposto, pretende-se iniciar uma reflexão crítica buscando as mediações entre o âmbito da produção e reprodução social e de como se opera esse conflito, ressaltando a interface dessas esferas com o papel das políticas sociais nesse processo.

2. TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS

Iniciaremos nossas reflexões fazendo alguns apontamentos sobre trabalho e relações sociais.

A argumentação aqui desenvolvida sustenta que o trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana. Para Gama (2014a, p. 30): “não apenas o trabalho que transforma a natureza, como também aquele que transforma o próprio ser humano”. Assim, ambos são o verso e o reverso da sociabilidade humana. Essas duas dimensões do trabalho se modificam mutuamente e historicamente.

A concepção de trabalho, como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas por homens e mulheres se assentam no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida. Nesse sentido, Gama (2014a) aponta que por meio de tal atividade se produziram os bens e as relações sociais para dar conta das necessidades humanas. Tais necessidades são também de afeto, de cuidado, de proteção, ou seja, de uma constituição do singular subjetivo.

Marx caracteriza o trabalho como uma interação do homem com o mundo natural, de tal modo que os elementos deste último são conscientemente modificados para alcançar um determinado propósito. Assim, o trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades.

Em seus elementos simples, o trabalho é aquele produtor de valores de uso, pois:



[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985a, p.50)

Na interpretação de Marx (2006), o modo de produção capitalista impõe uma forma particular de efetivação do trabalho mediante a conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e transformados em mercadorias. Nesse contexto, Gama (2014a) reflete que tais balizamentos convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada, pois esta é exercida com a finalidade da mercantilização.

Ao buscar os aportes teóricos de Marx, apreende-se que a reprodução das relações sociais não se restringe a reprodução viva da força de trabalho e dos meios de produção. Não se trata, portanto, de uma reprodução apenas material em seu sentido mais amplo, mas se refere à reprodução das forças produtivas e das relações de produção em sua inteireza, envolvendo também, conforme reafirma Iamamoto (2008) a reprodução das formas de consciência social.

Dialogando com Lefebvre (1977), entende-se que a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, ou em outras palavras, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade.

Em A Ideologia Alemã, Marx e Engels (1999) apontam como primeiro ato histórico dos homens a produção dos meios de vida. Para estes autores, o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua reprodução. Nesse sentido, as relações sociais são formadas a partir das relações de produção. À medida que se desenvolveu a divisão do trabalho, novas relações sociais foram estabelecidas. Nesse sentido, para Marx e Engels, a produção das ideias da consciência dos homens está diretamente relacionada com a vida material.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana, portanto, de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que produzem essas necessidades, a produção da própria vida material, de fato este é um ato histórico [...] que ainda hoje [...] deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, ENGELS, 1999, p. 39).



Satisfeitas as primeiras necessidades, outras são produzidas. A condição que interfere no desenvolvimento histórico dos homens, por renovar a própria vida cotidianamente, é a procriação, da qual surgem os filhos e a família (MORAES, 2015).

Todas as atividades acima supracitadas exigem grande esforço físico, demandam tempo e apesar de invisibilizadas, são indispensáveis para a reprodução social e econômica da nossa sociedade.

Sobre isso, Iasi (2007, p. 126) afirma: “que o trabalho doméstico, numa sociedade capitalista e em se tratando de famílias proletárias, é um serviço que gera parte do valor que comporá a força de trabalho”. Assim, o trabalho doméstico, realizado no interior das famílias contribui para a manutenção e reposição diária do trabalhador.

Sendo o trabalho eixo central na mediação entre homem e natureza, na produção dos meios de subsistência e valores de uso e para a manutenção da força de trabalho, o trabalho de reprodução deve então ser considerado essencial para a manutenção do próprio homem.

3. BREVES APONTAMENTOS SOBRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

No seio de toda transformação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos. Embora distintas, estão sempre relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, produção e reprodução constituem-se como elementos indissociáveis (GAMA, 2012b).

Conforme Pateman (1993), o advento de produção capitalista subverte as condições de produção material, mas também as condições de produção de seres humanos. Esse modo de produção enseja uma nova concepção de trabalho e de reprodução social: o trabalho como uma atividade que pode ser objetificada, mediada pela relação de assalariamento que se desenrola pela apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista, constituindo interesses de distintas classes sociais. Para o autor, essa relação de assalariamento também estabelece uma série de alterações na relação entre produção e reprodução social, tais como o contrato sexual, a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e a natureza e o teor das relações familiares. Nessa perspectiva, estas esferas passam a ser vistas e interpretadas como unidade de consumo, subsumidas e separadas de maneira desigual, de forma que a produção tenha mais importância que a reprodução social.

Para Gama (2012b), a mercantilização da vida social atinge dimensões distintas: no âmbito da produção, a extração de mais valor, e no âmbito da reprodução social, a produção



indireta de mais valor pela não mercantilização do trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres no interior das famílias. Nessa direção, a autora esclarece que:

A família e o Estado são mecanismos indiretos de produção de mais valia pela divisão do custo social de exploração da força de trabalho. Na família, este custo é inviabilizado, naturalizado socialmente e absorvido iminentemente pelas mulheres. O preço de mercado da força de trabalho, portanto, é constituído pela parte paga da extração da mais valia e pela parte não paga produzida pelo trabalho doméstico não remunerado das mulheres. Este participa da produção de valor pelo seu papel na produção da força de trabalho, bem como no seu papel socializador na sociabilidade capitalista. [...] Ademais, outro elemento de caráter ideológico se apresenta, que é a noção do trabalho doméstico não remunerado concebido como oposto da objetificação. Essa noção está ligada às relações afetivas no interior da família e baseada na disponibilidade de tempo das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do “amor” na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar, da saúde e da educação de crianças, idosos e doentes são naturalizados e atribuídos às mulheres (GAMA, 2012b, p. 151-152).

Assim, o trabalho não remunerado é composto por toda uma gama de atividades que garantem a reprodução social do sistema. Ignorar o trabalho não remunerado cria distorções quanto à avaliação da real capacidade produtiva de um país e reforça o descaso para com aqueles que o executam, mulheres em sua grande maioria (GELINSKI, PEREIRA, 2005).

As concepções econômicas convencionais, assim como as estatísticas nacionais utilizadas para o desenho das políticas macroeconômicas, não consideram e nem contabilizam o universo da economia do cuidado não remunerado, devido ao fato de esta não estar orientada para o mercado. Sendo o fruto desse trabalho praticamente invisível, ele também não é objeto de políticas públicas, e a inclusão das necessidades daqueles que o efetuam na elaboração dos orçamentos públicos é praticamente inexistente (GELINSKI, PEREIRA, 2005).

Sobre esse assunto, Gama (2014a) afirma que a família e o Estado são mecanismos indiretos de produção da mais valia pela divisão do custo social da exploração da força de trabalho. Com relação à provisão estatal, esse custo é fracionado para o conjunto da sociedade, mediante impostos e disputas pelo fundo público. Na família, esse custo é invisibilizado, uma vez que é naturalizado socialmente e absorvido majoritariamente pelas mulheres. Assim, o preço de mercado da força de trabalho, é constituído pela parte paga da extração da mais valia e pela parte não paga produzida pelo trabalho não remunerado desenvolvido pelas famílias.



A partir dessa compreensão da produção e reprodução social, pode-se apreender o conflito que se estabelece entre essas duas esferas e destacar a necessidade de romper com uma lógica de separação entre o mundo do trabalho e o mundo privado (família). Assim, produção e reprodução da vida social constituem-se como momentos diferenciados, mas não autônomos, de uma mesma forma social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe no campo das ciências sociais uma distinção para o entendimento das relações sociais e de produção, a qual conceitua o trabalho produtivo como aquele que produz riqueza e está intrinsecamente ligado à extração de mais valia e a acumulação de capital. O trabalho reprodutivo, por sua vez, é classificado como aquele ligado aos serviços que estão relacionados à reprodução da força de trabalho (FURNO, 2015).

Ao longo dos tempos, as sociedades privilegiaram os estudos acerca do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho destinado ao mercado, deixando em um segundo plano o trabalho considerado como não mercantil. Desta feita, instaurou-se um pensamento, quase hegemônico, de que o trabalho reprodutivo era aquele que não gerava valor.

O objetivo deste artigo é desconstruir esta perspectiva, de maneira a apreender que o trabalho reprodutivo configura-se como categoria fundamental para manutenção e reprodução do modo de produção de capitalista. Para tanto, parte-se da constatação de que as atividades domésticas, realizadas de maneira gratuita, geralmente por mulheres, e que não geram em primeira instância valor monetário, produzem as condições materiais para a realização do trabalho produtivo.

Sobre esse assunto, Gama (2012b) reforça que a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista está ancorada no trabalho realizado na família e pela família, uma vez que esta atua como dispositivo de produção de mais valia a partir do trabalho doméstico não contabilizado.

A dissociação entre a esfera da produção e reprodução social, típica da organização social capitalista, mediatizada pela condição salarial é fonte de inúmeros conflitos na vida de homens e mulheres. As mulheres com responsabilidades familiares enfrentam dificuldades adicionais para compatibilizar de maneira satisfatória os trabalhos produtivos e reprodutivos. Isto ocorre em razão da compreensão, ainda hegemônica na sociedade brasileira, de que o trabalho reprodutivo é considerado uma habilidade natural e de responsabilidade exclusiva das mulheres. Essas noções desempenham papel central na estruturação dos padrões de



discriminação de gênero e constituem um fator restritivo para o acesso ao mercado de trabalho e participação política das mulheres (OIT, 2010).

Nesse contexto, o trabalho privado de reprodução realizado pela família, especialmente pelas mulheres, faz-se imprescindível, tanto para a manutenção da força de trabalho, como para a própria vida. Porém, apesar da importância da esfera familiar na sustentação do desenvolvimento capitalista e do fato de esta arcar com os custos da reprodução, “insiste-se na naturalização do trabalho não pago desenvolvido no âmbito da família, e consequentemente, na sua invisibilidade (MORAES, 2015, p. 15)”.

A partir da apreensão acerca dos conflitos que se estabelecem entre as esferas de produção e reprodução social, ressalta-se a necessidade de romper com a lógica que separa o mundo do trabalho do mundo privado-família-.

Ao constatar que não há no Brasil uma política direcionada à conjugação das necessidades laborais e familiares, pauta-se a necessidade de aprofundar este debate. Acredita-se que instigar esta reflexão no campo do Serviço Social é urgente, pois os assistentes sociais se defrontam cotidianamente com os conflitos gerados nas relações entre o mundo do trabalho e o mundo da família. A discussão qualificada dessa questão é fundamental, considerando o projeto ético-político da profissão comprometido com as demandas da classe trabalhadora. Ademais, vale lembrar que as contradições entre capital e trabalho constituem a gênese da questão social e merecem atenção permanente.

A questão do compartilhamento das responsabilidades pelas atividades de reprodução social torna-se, assim, um tema relevante a ser tratado no espaço do Estado, uma vez que fica cada vez mais evidente a insustentabilidade de um modelo no qual cabe às famílias e, mais especificamente, às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo.

Considerando que o trabalho familiar constitui parte fundamental da economia, a questão da visibilidade/invisibilidade do trabalho doméstico não é só estatístico, mas teórico e político (PICCHIO, 2003).



REFERÊNCIAS

- FURNO, Juliane da Costa. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social**. Campinas SP, p.1-9. 2015.
- GAMA, Andréa de Souza. O conflito trabalho e vida familiar na produção/ reprodução social capitalista. In: GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, Família e Gênero: Impactos dos direitos do trabalho e da educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2014a. Cap. 1. p. 29-94.
- GAMA, Andréa S. **O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho e a política de educação infantil**. Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. ENSP, FIOCRUZ, 2012b.
- GELINSKI, C. R. O.; PEREIRA, R. S. **Mulher e trabalho não remunerado**. In: Revistas Eletrônicas FEE. Rio Grande do Sul, v. 5, 2005, p. 79-87.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IASI, M. Trabalho doméstico e valor. In: _____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.123-141.
- LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. (Leituras de introdução à Sociologia).
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.
- MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. 23. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006b. Livro I.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
- MORAES, Patricia M. **A difícil conciliação entre os três mundos: família, trabalho e qualificação profissional**. Florianópolis, 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social. UFSC, 2015.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Negociação coletiva de trabalho e equidade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: OIT, 2010.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PICCHIO, Antonella. **Social reproduction: the political economy of the labour market**. Cambridge: University Press, 1994.
- SIMIONATTO, Ivete. Prefácio. In: **Sistema único de Assistência Social em Perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. Beatriz Augusto Paiva (organizadora). – São Paulo: Veras Editora, 2014.